

**MOSTEIRO**  
DE SANTA  
MARIA DE VILA  
BOA DO BISPO

MARCO DE CANAVESES

**MOSTEIRO**  
DE SANTA  
MARIA DE VILA  
BOA DO BISPO  
MARCO DE CANAVESES



Planta.

## SUMÁRIO HISTÓRICO

“Chama-se vila, por ter sido visitada por D. Afonso Henriques; boa, por ser de terreno fértil; e do bispo, por aqui ter passado os últimos cinco anos da sua existência e estar sepultado na igreja paroquial o bispo do Porto, D. Sisnando (...)” (Aguiar, 1947: 141). É com estas palavras que Vieira de Aguiar procura explicar a origem do topónimo de Vila Boa do Bispo. No entanto, o redator do verbete da *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* esclarece, antes, que “o determinativo “do Bispo” dado a Vila Boa, realmente muito antigo”, impôs-se apenas com o “bispo D. Sisnando, na primeira metade do séc. XI” (Correia et al., 1936-1960: 363).

Conhece-se mal a história de Vila Boa do Bispo antes do início do século XII (Mattoso, 2002a: 70). A tradição tem vindo a atribuir a este bispo portuense, irmão de D. Monio Viegas, a fundação do Mosteiro de Vila Boa do Bispo, entre 990 e 1022, no lugar onde terá decorrido a legendária batalha entre cristãos e muçulmanos, como refere a crónica da ordem dos cónegos regrantes, sempre preocupada em assinalar o prodigioso (Santa Maria, 1668). De acordo com o nobiliário do conde D. Pedro, um dos principais livros de linhagens da nossa medievalidade, o primeiro representante da família dos Gascos de Ribadouro seria Monio ou Moninho Viegas I (+ 1066/68) (Mattoso, 2002a: 68). A posse de bens desta família nobre na margem direita do rio Douro remonta já ao tempo das reconquistas de Fernando Magno (1016-1065) na região, em 1058-1065, sendo que progressivamente as suas possessões se foram expandindo para a outra margem.

359



Vista aérea, com o rio Tâmega ao fundo.



Vista aérea.

360 Vila Boa do Bispo associa-se ao grupo de mosteiros edificados durante o século XI na “civitas de Anégia”, como Alpendorada (Marco de Canaveses), Bustelo (Penafiel), Valpedre (Penafiel), Vilela (Paredes) e, talvez, Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses) (Mattoso, 2002a: 124). É difícil delimitar com precisão a extensão do território de Anégia, que se estendia, a norte do Douro, por quase todo o concelho de Baião, por todo o concelho do Marco de Canaveses e grande parte dos concelhos de Penafiel, Paredes e Gondomar e que, a sul deste rio, ocupava a área do concelho de Castelo de Paiva e ainda uma grande parte, lado norte, dos concelhos de Arouca e Cinfães (Almeida e Lopes, 1981-1982: 133). Não nos podemos esquecer do caráter estratégico do seu território enquanto lugar de passagem desta via fluvial, na sua confluência com a foz do Tâmega. Além disso, a documentação medieval cita uma via antiga (provavelmente romana) que, vinda de sul, por Arouca, ia entroncar no eixo Marco (Tongobriga)-Guimarães-Braga. Apesar da sua localização estratégica em tempos de Reconquista, para José Mattoso a terra de Anégia, cuja sede se situava num promontório em Eja (Penafiel), apresentava, todavia, nos séculos imediatos, um conjunto de condições favoráveis à vida monástica: acidentada, pouco frequentada pelos viajantes, habitada por uma população bem enraizada, recentemente arroteada ou repovoada (Mattoso, 2002a: 129).

A linhagem dos Gascos conseguiu tornar-se senhora de quase todos os mosteiros da região a este do Sousa, como Valpedre, Alpendorada, Tuías (Marco de Canaveses), Vila Boa de Quires e, claro, Vila Boa do Bispo (Mattoso, 2002a: 69). José Augusto de Sotomayor-Pizarro alude mesmo a uma determinada “apetência” que esta linhagem teve pelo controle de um grande número de mosteiros estrategicamente posicionados junto aos afluentes do Douro, em ambas as margens, nos percursos da Reconquista<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Recordem-se os casos de Cárquere (Resende) ou de Paço de Sousa (Penafiel). Estas casas monásticas eram, pois, governadas por membros da sua família e dotadas de domínios relativamente bem organizados, aspeto que aliás distinguiu esta linhagem (Sotomayor-Pizarro, 1997: 446).



Vista aérea do rio Tâmega perto da sua foz, em Entre-os-Rios (Penafiel) e Torrão (Marco de Canaveses). Ao centro, a ponte Duarte Pacheco.

Assim sendo, diante deste contexto, José Mattoso considera plausível que a fundação do Mosteiro em estudo se deva a D. Sisnando, pois, durante o século XII, este encontra-se nas mãos dos Gascos, solidamente estabelecidos entre o Sousa e o Douro e mesmo para lá do Tâmega, no território de Benviver (Sotomayor-Pizarro, 1997: 70-71)<sup>2</sup>. Ainda segundo este autor, a referência documental mais antiga relativa ao “asisterius de Villanoua” data de 1079, pelo que a sua fundação seria certamente anterior (Aguiar, 1947: 53). Embora realizada em época posterior, talvez no século XIII, por algum descendente da linhagem dos Gascos em busca de prestígio social, a inscrição funerária de D. Monio Viegas, o Gasco – trisavô de Egas Moniz, o Aio – e de dois dos seus filhos, D. Egas Moniz e D. Gomes Moniz, data de 1022 (Barroca, 2000: 73-77):

ERA M<sup>a</sup> . 2 . X<sup>a</sup>. OBIIT: < DONNUS > MONNI . VENEGAS . PROLI . QUI  
DICITUR GASCUS et FILIIS EIUS / EGAS – MONIZ et GOMEZ . MO-  
NIZ . REQUIESCANT . IN PACE AMEN<sup>3</sup>

Esta inscrição está gravada numa tampa de sarcófago ambientado por um arcossólio, no claustro do Mosteiro, hoje propriedade particular. Embora não esclareça se o óbito dos três nobres ocorreu no mesmo ano, o que é de notar é que nos dá notícia de um filho de Monio Viegas que os livros de linhagens ignoram, D. Gomes Moniz. O nobiliário do conde D. Pedro apenas se refere a dois filhos do primeiro dos Gascos que veio para Portugal e do qual descen-

<sup>2</sup> O território de Benviver, estendendo-se desde Paços de Gaiolo até ao Tâmega, compreendia as freguesias de Fandinhães, Paços de Gaiolo, Penha Longa, Paredes de Viadores, Sande, Manhuncelos, São Lourenço do Douro, Magrelos, Ariz, Vila Boa do Bispo, Favões, Alpendorada, Matos, Várzea do Douro e Torrão, ocupando as extensas vertentes sobre o rio Douro dos montes de Grelhal, Montedeiras e Rosém (Aguiar, 1947: 59 e ss).

<sup>3</sup> “Na era de 1060 (ano de 1022) morreu o prior D. Múnio Viegas, chamado o Gasco, e jazem aqui com ele seus filhos Egas Moniz e Gomes Moniz. Descansem em paz. Amen” (Correia et al., 1936-1960: 365).



Claustro.

dem os de Ribadouro<sup>4</sup>: D. Egas Moniz, o Gasco, fundador do mosteiro de Cucujães (Oliveira de Azeméis) e casado com D. Toda Ermiges, e D. Garcia Moniz, que aparece como “tenens de Anegia” (Mattoso, 2002a: 69)<sup>5</sup>, documentado entre 1043 e 1066, e também fundador de Travanca (Amarante). Assim, de acordo com este autor, esta inscrição obriga-nos a acrescentar mais um filho a D. Monio Viegas, “o Gasco”, de seu nome D. Gomes Moniz, ignorado pelo conde D. Pedro, talvez pelo facto de ter falecido novo e sem descendência (Barroca, 2000: 77).

Segundo Mário Barroca, a inscrição de 1022, talvez mesmo realizada a partir de notícia retirada de um obituário, não deve ser dissociada da tradição que coloca neste mesmo Mosteiro a sepultura de D. Sisnando. Consta, ainda, que um dos livros de linhagens esclarece que “este dom Moninho Veegas, o Gasco primeiro, veio a Portugal... e outro, seu irmão, com ele, que foi bispo do Porto e havia nome dom Sesnando, este morreu e jaz em Vila Boa do Bispo” (Correia et al., 1936-1960: 364).

Apesar das maiores dúvidas que a sua existência histórica coloca, a inscrição funerária de D. Sisnando, bispo do Porto entre 1049 e 1085, estaria pretensamente na ermida do Salvador, nas imediações de Vila do Bispo<sup>6</sup>. Segundo as crónicas, foi a cerca de uma légua do Mosteiro que o bispo, há algum tempo recolhido no Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa, fundado por seu irmão, fora surpreendido pelos mouros quando dizia missa e depois enterrado pelos monges do cenóbio

4 Uma passagem do *Livro velho de linhagens* refere-se à chegada dos Gascos à zona de Ribadouro, onde se viriam a fixar e a tomar do espaço geográfico o nome de linhagem: “(...) veerom por mar portar na foz de Doiro, que é antre o Porto e Gaia (...) e lidarom i com mui gram peça de Mouros per muitas vezes e matarom i üu dos filhos, que havia nome Dom Garcia Moniz, o Gasco. E aacima, venceo os Mouros, e veo ganhando deles a terra per Riba de Doiro acima, de üa parte e da outra” (Cunha, 1623 *apud* Barroca, 2000: 77).

5 Durante algum tempo, A. Almeida Fernandes (2001: 59 e ss) rejeitou esta proveniência, qualificando-a de fantasiosa, apontando como lugar de origem dos Gascos o sítio da Gasconha, “cerca do rio Sousa” inferior. Rui de Azevedo indicou Cosconhe ou Casconha, no extinto concelho de Sanfins (hoje Cinfães), como o lugar original dos Gascos.

6 Apesar da incompatibilidade da data dada pela inscrição – 30 de janeiro de 1035 – com as referências documentais conhecidas para o bispo, Mário Barroca (2000: 79-82) adotou a leitura dada por frei Nicolau de Santa Maria para debater da sua credibilidade: “III Kal. Febr. Obiit / in Domino D. Sesnandus Epis/copus Portugal. a Maurorum / Telis Confossus Dum Sacrum / Faceret . Era M L XX III”.

debaixo do altar em moimento de pedra. Mário Barroca continua a narrar-nos, acompanhando a tradição transmitida por frei Nicolau de Santa Maria e por frei Timóteo dos Mártires, que o bispo do Porto, D. Pedro Rabaldis (episc. 1138-1145), tendo ouvido falar dos milagres que se operavam junto da sepultura de D. Sisnando, visitou-a em 1142. Mas, perante o estado lastimoso da capela, mandara transferir o corpo de D. Sisnando para Vila Boa [do Bispo], colocando-o em túmulo alto embutido na parede à direita de quem entra no templo (Barroca, 2000: 82).

Também de existência duvidosa, e hoje desaparecida, é a inscrição funerária do bispo D. Sisnando que D. Pedro Rabaldis mandara pintar a fresco por ocasião da trasladação do corpo do bispo mártir para a Igreja de Vila Boa, referida nas crónicas do século XVII (Barroca, 2000: 205-206). Mário Barroca aponta desde logo a improbabilidade do suporte usado para uma inscrição que se quer referir à data de 11 de outubro de 1142, aspeto corroborado pelo caráter inverosímil do texto para o ano apontado<sup>7</sup>. É, todavia, nesta época que começa a ser usado o epíteto de “do Bispo”, o que parece ser um indício da grande importância e da impressão local e regional do facto acima narrado e tão glosado pelas crónicas posteriores (Correia et al., 1936-1960: 364). Confirma-se, no entanto, a ligação dos Gascos à fundação deste Mosteiro, pois aparecem, durante algum tempo, membros da estirpe, diretos descendentes deles, na posse de haveres em Vila Boa do Bispo ou no território da atual freguesia (Correia et al., 1936-1960: 366).

Não podemos ignorar a atração que nesta época se fazia sentir por parte da nobreza senhoria relativamente à fundação e dotação de mosteiros, tornando-os seus padroados. É bem conhecida a utilização que os nobres fizeram dos vários movimentos religiosos da época para garantirem os seus próprios interesses, individuais ou de grupo, isto é, para manterem as suas posições sociais e para eventualmente as melhorarem ou tentarem evitar ameaças de forças externas (Mattoso, 2002b: 149). Daí que José Mattoso afirme que “o sucesso de uma corrente religiosa resulta do acordo simultâneo de interesses de um grupo da classe dominante e de um grupo do clero” (Mattoso, 2002b: 149). Além disso, a ligação de uma família a uma comunidade religiosa constituía um importante sustentáculo do seu prestígio, sobretudo aos olhos da população local de condição inferior (Mattoso, 2002b: 96).

No seu artigo “Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais”, Domingos A. Moreira identificou diversas fontes documentais relativas ao Mosteiro de Vila Boa do Bispo e que atestam a sua cronologia precoce (Moreira, 1989-1990: 99-101). Se, em 1012, esta instituição surge ainda referenciada como “Monasterio S. Mariae Villaebonae”, em 1120, é já designado como “Monasterium... de Villa Noua [sic] episcopi”.

A 12 de fevereiro de 1141, o Mosteiro de Vila Boa do Bispo, ou mais concretamente, o prior D. Egas, seu irmão D. Monio e seus frades, receberam carta de couto outorgada por D. Afonso Henriques (r. 1143-1185): “... facio cautum omni conventuj de Sancta Maria Ville Bone et vobis domno Egee Prior jet Fratri vestro Munionj et socijs vestris...” (Barroca, 200: 322). Não deixa de ser curioso que esta carta chama, na relação dos termos de couto, o lugar de “villa”, pelo menos uma vez, sem distinguir a “villa” agrária da “villa” municipal (Correia et al., 1936-1960:

<sup>7</sup> O arqueólogo (Barroca, 2000: 205) segue a leitura de frei Nicolau de Santa Maria, salvaguardando a devida precaução: “Martyr & Antistes Jacet Hic / Rite Sepultus V. Idus Octob. In / Era M.C.LXXX. / Sesnandus Nomine Que Christus / ad Arthera Subsit / Ill. Kal. Feb. In Era M.LXXIII”.



366). Dos limites assinados ao couto, vê-se que este abrangia toda a antiga freguesia do Mosteiro, ou seja, a de Vila Boa do Bispo, com exceção da parte que constituía a de Lidrais (Vidrais) (Correia et al., 1936-1960: 366).

Pelo menos por meados do século XII, o Mosteiro de Vila Boa do Bispo pertenceria já aos cónegos regrantes de Santo Agostinho (Mattoso, 2002b: 53). A partir de 1143 temos já referência aos “canonicis de uille boné” (Moreira, 1989-1990: 100). Não é, pois, de estranhar a precocidade dos privilégios concedidos por D. Afonso Henriques aos crúzios de Vila Boa se recordarmos a ligação que o primeiro monarca teve desde logo com a casa-mãe desta ordem sedeadada em Santa Cruz de Coimbra. De facto, “o Conquistador” mandou construir “um grande templo, de tres naves, obra em tudo tal, que podesse confiadamente chamar-se sua, e que podesse servir de sua capella real e de fazer n’ella sua sepultura” (Gonçalves, 1894: 20). No vale de Santa Cruz ficava o “balneum Regis” que o ainda infante D. Afonso Henriques (n. 1108/9?-1185) doou, em 1130, ao arcediogo D. Telo para edificação da sede da nova ordem (Alarcão, 2008: 155) e que, fundada a 28 de junho do ano seguinte, iria estar diretamente ligada a São Rufo de Avinhão (França).

Também os pontífices concederam diversos privilégios a este Mosteiro de Vila Boa e que adotou o epíteto de “do Bispo”. Por *Breve* do papa Lúcio II (p. 1144-1145) foi feita mercê aos priores do Mosteiro de poderem usar mitra em 1144 e por Bula do papa Anastácio IV (p. 1153-1154), de 1153, estes receberam ainda a distinção do uso do báculo (Monteiro, 1990: 85). É por essa razão que a figura jacente de D. Nicolau Martins, que analisaremos mais adiante, ostenta estas insígnias. Em 1297, o papa Bonifácio VIII (p. 1294-1303) fez expressa confirmação da regra de Santo Agostinho no Mosteiro de Vila Boa do Bispo.

As *Inquirições de 1258* são um bom testemunho da importância alcançada pelo Mosteiro durante o século XIII que, além de muitos casais em freguesias vizinhas e nalgumas bastante afastadas, detinha o padroado de várias paróquias que para com ele cumpriam os respetivos encargos (Monteiro, 1990: 86). Entre estas refiram-se a de São Gens de Boelhe (Penafiel) ou a de São Martinho de Várzea do Douro (Marco de Canaveses), que alternavam entre este Mosteiro e o de Alpendorada. O documento de 1258 especifica que na freguesia ou “parrochia Sante Marie Ville Bone Episcopi foi jurado o próprio prior de ipso monasterio de Villa Bona”, dizendo que nele não tem a coroa direitos “quis cautavit ipsum cautum rex domnus Alfonsus senex”, ou seja, que por instituição de D. Afonso Henriques a coroa possuía homens foreiros no território que coutou, mas subordinou-os ao mosteiro ou “deu-lhes” (Correia et al., 1936-1960: 366). Deste modo, o Mosteiro apenas estava obrigado a dar à coroa um quarto das suas colheitas, as chamadas “vitualhas” (víveres, mantimentos) para o rei.

No catálogo das igrejas, comendas e mosteiros de 1320, o Mosteiro de Vila Boa do Bispo surge taxado em 1500 libras, valor elevado relativamente a outros mosteiros e igrejas da região (Almeida e Peres, 1971).

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

Como se pode depreender daquilo que atrás foi exposto, os mais antigos indícios documentais relativos à existência de um mosteiro em Vila Boa do Bispo remontam a finais do século X. No entanto, não conhecemos hoje qualquer vestígio material da igreja e mosteiro então existentes, pois aquilo que no edifício atual ainda remanesce como testemunho da Época Medieval é bem posterior.

Tanto no Baixo Tâmega como no Vale do Sousa, a maior parte dos edifícios edificados na época românica apresentam uma cronologia tardia – séculos XII e XIII –, pois resultam de reedificações feitas sobre uma construção preexistente, altimedieval. É neste enquadramento cronológico que devemos entender em parte os trechos românicos, de bastante interesse, que a fábrica moderna mostra ao modo de “janelas” abertas durante uma intervenção de restauro.

Em primeiro lugar, tendo em conta a sua natureza, devemos desde já admitir que aquando da transformação da Igreja do Mosteiro durante a segunda metade do século XVII se aproveitou, ou melhor, se mascarou a estrutura românica primitiva. Só assim podemos entender a forma como hoje se mostram os elementos remanescentes desta época.

É na frontaria da Igreja que encontramos os elementos mais originais da época românica. Embora incompletas, as duas arcadas cegas que ladeiam o portal principal totalmente transformado durante a Época Moderna, ostentam em terras do Baixo Tâmega uma solução que se familiarizou no românico desenvolvido em torno do eixo Braga-Rates<sup>8</sup>. É nos elementos remanescentes do portal principal da sé de Braga que devemos encontrar o expoente máximo desta fórmula que, nas suas duas arquivoltas, esculpiu as aves e quadrúpedes no perímetro das aduelas, cuja superfície foi cavada para relevar a figuração dos seus corpos, ficando um bordo contínuo sobre a esquina. Assim, nas duas faces das aduelas vemos composições simétricas e antitéticas, com os animais a unirem a cabeça sobre a esquina da arcada. Trata-se de esquemas ornamentais mais adequados aos cestos dos capitéis e que foram transpostos para as aduelas das arquivoltas. Na arcada interior, os animais surgem afrontados, sobre um fundo de folhagens. Este esquema aparece também em São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), ao nível da arquivolta do portal principal, onde surge um apostolado, cujas figuras aparecem sobre um fundo de folhagens. Correspondendo já a uma terceira fase (já decorrida em pleno século XIII), o portal principal de São Pedro de Rates, apesar de ter sido reduzido ao seu programa inicial e sujeito a diversas recomposições, não deixa de constituir um dos programas mais trabalhosos do românico português<sup>9</sup>: as duas arquivoltas internas do portal mostram um conjunto de figuras esculpidas nas esquinas das aduelas. Assim, na primeira arquivolta temos um conjunto de anjos de duas asas, algo abertas, mas descaídas, segurando, na mão do lado do tímpano, um turíbulo, e, na outra, uma cruz. Na segunda arquivolta, um apostolado, onde um conjunto de sete apóstolos, sentados em cátedras, tem báculo na mão de dentro e dístico com inscrição na

365



Igreja. Fachada ocidental.

<sup>8</sup> Sobre o assunto veja-se Botelho (2010a: 432 e ss).

<sup>9</sup> Para uma abordagem mais desenvolvida veja-se Botelho (2010b: 213-228).





Igreja. Fachada ocidental. Arcadas cegas.

de fora. Também em Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras) encontramos animais afrontados, de tipo bracarense, nas aduelas do portal principal.

Nas arcadas cegas de Vila Boa do Bispo, os temas bracarenses dos animais uniafrontados sobre as aduelas são já muito evoluídos e tardios, pelo que a sua cronologia pode ser colocada entre finais do século XII, se não já no século XIII (Rosas e Sotomayor-Pizarro, 2009: 111), sendo nesse caso praticamente do mesmo período das de Braga<sup>10</sup>. Carlos Alberto Ferreira de Almeida chamou a nossa atenção para o caráter excepcional que esta solução de ornar as fachadas tem entre nós, cuja origem encontra nas influências provindas do oeste de França (Almeida, 1986: 99) ou, mais provavelmente, da região de Ourense (Galiza, Espanha), de que destaca os exemplos das igrejas de “San Pelagio Diamondi” e de “Santo Estevão de Ribas do Minho” (Almeida, 1978: 280-281). Nas palavras deste autor estamos, pois, diante de um “unicum” na arquitectura românica portuguesa” (Almeida, 1978: 280). Já em 1944, no artigo que consagrou especificamente aos vestígios românicos da fachada desta Igreja, Armando de Mattos tentou identificar diversos exemplos franceses e espanhóis de fachadas onde o portal surgisse ladeado por “arcos cegos”, ou melhor “portadas-cegas” (Mattos, 1948: 72-75), concluindo que as “mútuas influências” se justificam através do posicionamento dos templos identificados “no caminho das peregrinações” para Santiago de Compostela (Espanha). Assim sendo, para este autor não é difícil ver que tanto as esculturas decorativas de Vila Boa do Bispo, como até as geograficamente próximas de Pombeiro e de Travanca, “de algum modo, e atenta mesma, a sua maior rusticidade, se enquadram nessa corrente decorativa, bem diferente das outras que se registam noutros templos portugueses e até espanhóis” (Mattos, 1948: 75).

<sup>10</sup> Sobre o assunto veja-se Botelho (2010c).



Igreja. Fachada sul. Nave. Fresta. Vista exterior.



Igreja. Fachada sul. Nave. Fresta. Vista interior.

Não deixa de ser curioso o facto de os elementos românicos remanescentes no corpo da Igreja nos apontarem para uma cronologia mais tardia do que aquela que é sugerida pelos da fachada principal. Falamos dos cachorros que ainda se conservam sob a cornija, na nave, mas no lado oculto pelas estruturas monásticas remanescentes, e que têm um perfil quadrangular, sendo que um deles mostra um rosto a ocupar todo o espaço disponível. No alçado sul, as estreitas frestas que rasgam o paramento de granito, posto a descoberto, como veremos mais adiante, remetem-nos ainda para uma medievalidade que não pode ser dissociada desta Igreja de Vila Boa do Bispo. No interior ostentam um toro diédrico enquanto elemento decorativo que, juntamente com os vestígios de arcos quebrados que surgem em parte descobertos no interior da Igreja (por exemplo, sobre a porta de acesso à sacristia), confirmam a nossa tese de que o século XVII “mascarou” a fábrica românica desta Igreja. Além disso, colocamos a hipótese de que também o seu interior seria ornado com arcadas cegas, o que reforça o lugar de destaque deste edifício no contexto da arquitetura portuguesa da época românica.

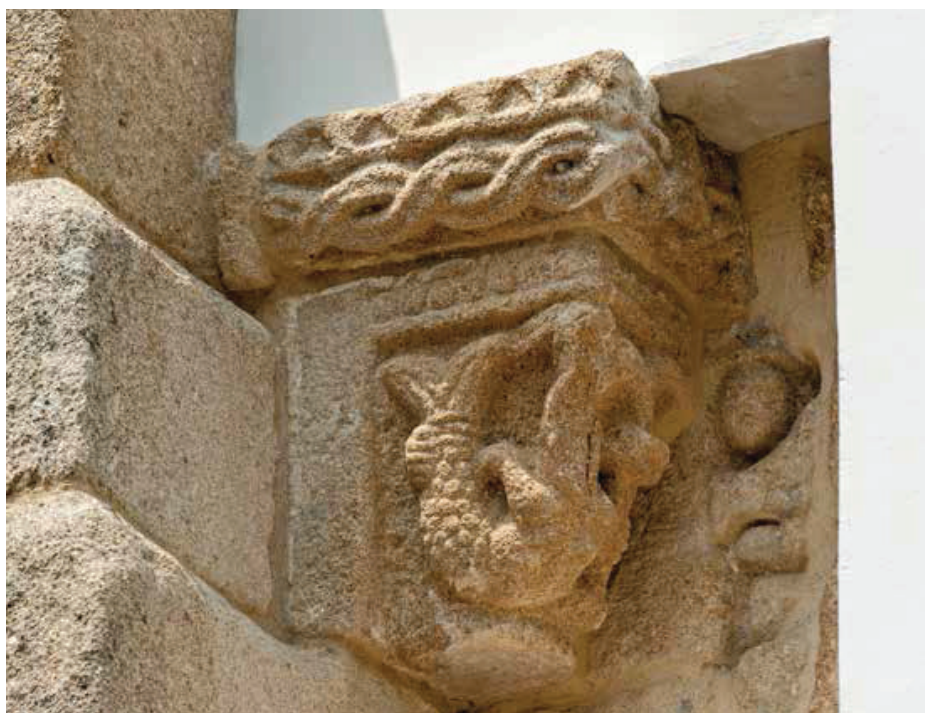
Mas, é ao nível do alçado sul da cabeceira que encontramos um dos mais curiosos vestígios românicos desta Igreja. A partir dos elementos visíveis pode-se afirmar que a primitiva capela-mor seria quadrangular, teria abóbada de pedra (conforme denunciam os contrafortes) e seria, também ela, ornamentada exteriormente por arcadas cegas. Fragmentos de friso enxaquetado apontam ainda para uma cronologia que se coloca seguramente na época românica. Mas, o mais significativo elemento é um capitel que ostenta o tema da sereia e que também encontramos representado num capitel do portal norte do Mosteiro de Travanca. De entre as entidades místicas, a sereia-peixe foi uma das mais representadas no nosso românico (Almeida, 1986: 157). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o tema da luxuriosa sereia, rosto feminino, de cabelos compridos e cauda de peixe, é um dos mais populares. Esta iconografia da sereia, que terá tido uma origem pós-carolíngia e que se terá disseminado pelo Centro da Europa, como que fez esquecer entre nós a forma clássica da sereia, a que se representa com cabeça de mulher e corpo de ave, também dita harpia (Almeida, 2001: 160).



Igreja. Fachada sul.

São, pois, estes os elementos da construção românica que se conservam ainda em Vila Boa do Bispo. Há outros testemunhos ainda da Época Medieval, integrados na chamada arte fune-  
rária, e que abordaremos de imediato.

369



Igreja. Fachada sul. Capela-mor. Capitel.

## Os túmulos de Vila Boa do Bispo

Foi durante a época românica que a escultura tumular começou a ganhar uma maior importância, conhecendo entre nós o seu apogeu na época gótica, com os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro, em Santa Maria de Alcobaça. Mas, é no século XI, que devemos encontrar as raízes da personalização do sepulcro medieval no Entre-Douro-e-Minho (Barroca, 1987: 387). A par do desenvolvimento que o trabalho da pedra conheceu durante a época românica, para este fenómeno em muito contribuíram as novas atitudes mentais perante o Além e perante os restos mortais (Almeida, 2001: 165). Afirma-se nesta época a crença no julgamento particular de cada alma, logo após a morte. Os principais membros das linhagens começam a reservar, junto do mosteiro que patrocinavam, ao modo de panteão, um local de enterramento com um serviço duradouro de sufrágios. Estes interesses patronais eram transmitidos de geração em geração, o que contribuiu para uma paulatina monumentalização da sepultura que se quer cada vez mais individualizada, recorrendo-se para o efeito a inscrições, insígnias, paramentos e pedras de armas.

A inscrição gravada no túmulo de D. Monio Viegas, “o Gasco”, trisavô de Egas Moniz, o Aio (sepultado no Mosteiro de Paço de Sousa, em Penafiel), é um bom exemplo de que a preservação da memória, mesmo que através de um simples letreiro indicando um (ou mais) nome(s) e uma data, se estava a tornar num imperativo de consciência e, simultaneamente, numa resposta de uma sociedade com uma organização de tipo feudal, fortemente hierarquizada e ciente da sua ordem social (Almeida e Barroca, 2002: 210). No entanto, o facto de esta inscrição ter sido executada num momento posterior ao da data que ostenta, como já vimos, remete-nos ainda para um fenómeno frequente da época e que é o da renovação de sarcófagos com os restos mortais de fundadores de mosteiros (Almeida, 1986: 60).



Claustro. Arcossólio e túmulo de D. Monio Viegas.



Igreja. Nave. Parede norte. Túmulo de D. Nicolau Martins.

No túmulo de D. Nicolau Martins, abrigado por arcossólio rasgado na nave no lado do Evangelho, numa intervenção do século XX, está gravada uma inscrição de 25 de novembro de 1348 (Barroca, 2000: 1692-1697).

+ AQUI : IAS : DON : NICOLAO MARTI(n)S : PRIOR : QUE : FOY :  
DE : VILA : BOA : DO BISPO : E : PAS(s)OU : [a XXV] / DIAS : DE  
: NOVENBRO : ERA : D(e) : M : CCC : LXXXVI : ANOS :<sup>11</sup>

Mas um outro elemento permite a identificação de quem aqui foi sepultado: a pedra de armas gravada na arca tumular, o seu único elemento decorativo. Em relevo, trata-se de um escudo partido, com duas sequências de três rosas dispostas em pala. Além disso, o próprio prior fez-se representar numa volumosa estátua jacente. Vestindo o hábito religioso, com manto comprido, os pregueados são largos e um pouco rígidos, apesar de acusarem já um certo realismo. Mitrado, o prior ostenta ainda uma estola, com os seus remates trapezoidais com franjas, e segura entre as mãos o báculo. Uma confirmação iconográfica das mercês pontificias dadas aos priores deste Mosteiro em meados do século XII.

Também no túmulo de D. Júrio Geraldês encontramos os mesmos elementos identificativos.

+ AQUI : IAZ : IURIO : GIRALDEZ : VAS(s)ALO : QUE : FOY :  
DELREY : DON : FERNANDO : E : SEU : COR(r)RGEDOR : /  
DANTRE : DOIRO : E : MINHO : E : PAS(s)OU : < XXX : DIAS >  
: DE < IANEIRO > : ERA : DE : CCCC : < XIX > : ANOS :<sup>12</sup>

À inscrição funerária, com a data de 30 de janeiro de 1381, gravada na secção lateral da tampa da sepultura (Barroca, 2000: 1878-1886), acrescentam-se dois escudos heráldicos relevados na arca tumular lisa. São escudos esquartelados, apresentando, no primeiro quadrante, um pé de milho, no segundo e terceiro quadrantes, três rosetas alinhadas em barra, e, no quarto quadrante, uma cabra<sup>13</sup>. As peças que integram este escudo de armas são idênticas às que aparecem, de forma isolada, nos moimentos de D. Nicolau Martins e de D. Salvado Pires, confirmando assim os estreitos laços de parentesco que os uniam.

D. Júrio Geraldês foi corregedor de D. Fernando (r. 1367-1383) no Entre-Douro-e-Minho, como ele próprio mandou registar no seu epitáfio. Este irmão de Nicolau Martins e de D. Afonso Martins, prior de Alpendorada<sup>14</sup>, surge representado trajando vestes civis, compridas, caindo com largo pregueado assimétrico. Com ambas as mãos segura uma espada, cuja bainha

<sup>11</sup> Lê-se: Aqui Jas Don Nicolao Martins Prior que Foy de Vila Boa do Bispo e Passo a 15 dias de novembro Era de 1386 anos.

<sup>12</sup> Lê-se: Aqui Jas Jurio Giraldez Vassadlo que foy del Rey Don Fernando e seu corregedor Dantre Doiro e Minho e Passou 30 dias de janeiro Era de 419 anos.

<sup>13</sup> Para uma abordagem mais pormenorizada destes escudos heráldicos, onde algumas das peças surgem invertidas, veja-se Barroca (2000: 1884-1885).

<sup>14</sup> Mário Barroca (2000: 1881) alude às várias propostas que procuram explicar o grau de parentesco entre D. Júrio Geraldês e D. Nicolau Martins tendo em conta as diferenças de patronímicos que, embora sem base documental, seriam mais plausivelmente explicadas se forem considerados meios-irmãos, filhos de mãe comum, mas de casamentos distintos.





Igreja. Nave. Parede norte. Túmulo de D. Júrio Geraldês.

372

apresenta uma fita enrolada em espiral com rosetas (peça das Armas do Corregedor), ornamentando a bainha numa opção igualmente cortesã. A seus pés, um lebreu, um cão adestrado para a caça de lebres, símbolo de nobreza que pratica a caça e montaria.

Os dois túmulos com jacente de Vila Boa do Bispo devem ter sido encomendados a uma mesma oficina por D. Júrio Geraldês, depois de 1362. O monumento de D. Nicolau Martins foi personalizado com uma inscrição completa, enquanto o de Júrio Geraldês ficou com uma inscrição inacabada, apresentando espaços em branco para serem completados depois da morte. O primeiro lapicida não hesitou em registar a ERA DE CCCC, pelo que a encomenda foi feita em 1362 ou depois desse ano, além de que o autor que tratou de acrescentar os dados não conseguiu ser perfeito na imitação dos caracteres previamente gravados<sup>15</sup>.

As afinidades estilísticas entre ambos os moimentos são evidentes. Os túmulos têm, assim, vindo a ser atribuídos à oficina do mestre João Garcia de Toledo, arquiteto responsável pela obra gótica do claustro de Alpendorada, e podem ser incluídos entre o que de melhor de se produziu no domínio da estatuária jacente no Entre-Douro-e-Minho e, de uma forma geral, em toda a estatuária de granito de Portugal, revelando uma qualidade invulgar (Barroca, 1987: 461; 2000: 1883). Tanto a inscrição funerária de D. Nicolau Martins, como a primeira fase da inscrição de D. Júrio Gonçalves, foram feitas pela mesma pessoa que criou a inscrição do claustro de Alpendorada, de 1382 (Barroca, 2000: 1891-1897).

Mais simples é o túmulo, também do século XIV, de D. Salvado Pires, também prior de Vila Boa do Bispo, ostentando uma inscrição funerária gravada na tampa do sarcófago (Barroca, 2000: 2025-2031):

<sup>15</sup> Para um maior desenvolvimento deste aspeto veja-se Barroca (2000: 1882).

+ ESTE : MOIMENTO : E : DE : DON : SALVADO : PIRES : PRIOR  
: DESTE : MOOSTEIRO : QUAL ERA : DOS : + / MILHACOS : E  
DOS : PEIXOES :<sup>16</sup>

Tal como os moimentos de D. Nicolau Martins e de D. Júrio Geraldês, também esta arca se encontrava na ermida de Nossa Senhora a Velha, conforme nos informa D. Rodrigo da Cunha em 1623: o túmulo de D. Salvado Pires estava do lado da Epístola e os outros do lado do Evangelho, o de D. Nicolau Martins mais próximo da capela-mor e o de D. Júrio Geraldês junto da porta ocidental (Cunha, 1623 *apud* Barroca, 2000: 2025-2026). Atualmente, este túmulo encontra-se no adro do Mosteiro de Vila Boa do Bispo. No entanto, o facto da inscrição e do brasão heráldico se encontrarem gravados na face que fica voltada ao lateral direito da arca contradiz esta indicação de D. Rodrigo da Cunha por mostrar claramente que esta caixa tumular foi concebida para ser encostada à parede norte do templo, permitindo, portanto, a leitura simultânea destes dois elementos identificadores (Barroca, 2000: 2029-2030).

O brasão representado é um escudo de tipo gótico ou francês, esquartelado. No primeiro e quarto quartéis apresenta dois peixes, um sobre o outro; no segundo e terceiro quartéis um pé de milho-miúdo, com três folhas dispostas alternadamente em relação ao caule, coroado por espiga. Estas “peças falantes” indicam a Mário Barroca os dois apelidos em causa, os Milhaços e os Peixões (Barroca, 2000: 2030). As armas dos Milhaços aparecem, como vimos, no túmulo de D. Júrio Geraldês e no túmulo que se encontra no claustro do Mosteiro de Vila Boa do Bispo, mas também no sarcófago que se conserva no adro fronteiro à Igreja do Mosteiro de Paço de Sousa ou, ainda, num dos sarcófagos que se encontra nas traseiras da capela-mor de Tarouquela (Cinfães).

373



Adro. Túmulo de D. Salvado Pires.

<sup>16</sup> Lê-se: Este Moimento e de Don Salvado Pires Prior deste Moosteiro qual era dos Milhacos e dos Peixoes.

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Embora, no ano de 1320, Vila Boa do Bispo se incluisse entre as igrejas monásticas com maior rendimento, dois séculos depois já se faziam sentir os efeitos da gestão comendatária. Em 1549, João de Barros refere “o Mosteiro de Villa Boa do Bispo, que já não tem frades” (Barros, 1919: 117). Embora assim o não fosse (é bem conhecida a análise generalista do cronista), a comunidade monástica de Vila Boa devia ter sofrido, ao longo de mais de um século, os efeitos do sistema das comendas que desviava os réditos para particulares e permitia o desleixo e o desregramento dos monges. A apresentação de abades comendatários começou em 1475 e terminou em meados do século XVI com D. Miguel de Almeida<sup>17</sup>. Foi-lhe aplicada reforma no início do século XVII, em 1605, altura em que um dos monges se recusou a acatá-la. Esta desobediência foi descrita pelo autor da *Corografia portugueza...*, apontando-a como um misto de extravagância e bonomia:

“Reformouse este Convento no anno de 1605 & nam aceitou a reforma hum dos Conegos Claustreaes antigos, a que o vulgo chama Bravos, & elles se chamava André Carneyro de vasconcellos, filhos de Gaspar carbeiro de vasconcellos, & irmão de Dona maria Velho Carneyro, mulher de Francisco Giraldes & vasconcellos, senhora da asa Nova. Teve sempre porta para o Convento, pela qual entrava da casa em que vivia, a rezar com os frades, no que continuou até o anno de 1673 em que faleceo de muita idade, & com huma perfeita disposição, vida honesta, & muito esmolere; entretinha-se na caça alguns tempos, que se sobejavão da reza, & contemplaçoens, rezando todos os dias a todas as Igrejas, que via do Mosteiro; tinha perto de trinta annos no da reforma, & viveo depois sessenta & oito” (Costa, 1706-1712: 399).

Certo é que o caso não devia ser único entre os mosteiros que saíram do período de gerência comendatária. Os filhos da nobreza, internados nestes institutos, habituaram-se a um estilo de vida que se recusaram a abandonar no período reformista, mesmo apesar das ameaças dos visitantes.

Para contrariar a vulgaridade e a decadência do lugar, a crónica dos cónegos regantes de Santo Agostinho, redigida em meados do século XVII, acentua a importância do complexo monástico ao promover a santidade dos seus fundadores, nomeadamente do bispo D. Sisnando, a quem se atribui vários prodígios. Ao valorizar a sua vida, valorizava-se o seu corpo, relíquia que os homens do Mosteiro podiam rentabilizar.

A sua proto-hagiografia, redigida pelos autores do *Agiologio lusitano...* e da crónica, apresenta-no-lo como um estrangeiro que renunciou aos prazeres e aos méritos para se tornar um monge-eremita nas brenhas de Vila Boa. Recusando o fausto monástico, rezava e celebrava nas ermidas circunvizinhas, arriscando-se às razias muçulmanas que seriam, afinal, a causa da sua morte. As circunstâncias do seu passamento, em contexto eremítico, podem fornecer-nos pistas

17 [S.a.] – *Galeria das ordens religiosas e militares, desde a mais remota antiguidade até nossos dias: adornada com muitas estampas*. Porto: Typographia na Rua Formosa, 1843. Vol. II, p. 93.



Igreja. Vista do interior a partir da nave.

muito pertinentes para a ereção dos moimentos ou “marmoirais”, cuja origem pode explicar-se neste tempo marcado pela belicosidade:

“O anno de seu glorioso martyrio não consta, mas colhese de boas conjecturas, que foi o de 1074 na Ermida, que dissemos de S. Salvador, freguesia do próprio mosteiro, entre a povoação das Adeguilhas, & o lugar de Bairal. E não na de N. Senhora a velha, como alguns dizem. Pois na de S. Salvador, que dizemos [de que já agora não há mais que vestígios] mostram os naturaes o lugar próprio em que estava o seu monumento, & nelle a pedra, que o cubria, & do meio do monte hum padrão erigido em memoria de que alli esteve muitos annos o ditto sepulchro, depois de suas relíquias serem trasladadas para o dito mosteiro, onde jazem no corpo da Igreja, no sítio em que se vê de pintura a história de seu martyrio com letreiro, que já se não pode ler com a muita antiguidade” (Cardoso, 1652).

O *Agiologio...* de Jorge Cardoso indica o dia do martírio – 30 de janeiro – como o da memória, muito embora a Igreja nunca o tenha elevado aos altares. Não obstante, pode ter contribuído para o atribuir-se-lhe uma auréola circunstancial de venerável, não só os gloriosos milagres que o seu corpo terá obrado de dentro da Igreja, mas a fama de um taumaturgo coevo



Igreja. Nave. Parede norte. Varandim.

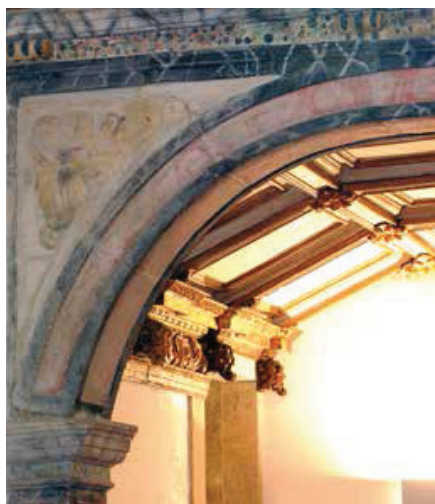
e homónimo, por quem Afonso III das Astúrias (848-910) nutriu especial interesse. Como o Sisnando portugalense, também o de Cosgaya (Camaleño, Cantábria, Espanha) foi bispo e monge, tendo falecido em 921 (Lorente Fernandez, 1882: 357). Ambos foram adotados popularmente como exemplos de beatitude.

Todavia, sem interessar aos monges de Vila Boa a confirmação da santidade – tão-só o cumular de prestígio à abadia decadente –, parece convir-lhes o discurso laudatório que, em meados de seiscentos, reavivou a maravilhosa memória do mártir local.

A distribuição de várias cartelas datadas pelo interior do edifício, cujas datas extremas se situam entre 1599 e 1686, confirma o novo impulso e investimento ditado pela integração na congregação de Santa Cruz de Coimbra em 1593 (Sousa, 2005: 197). A grande campanha de obras é de matriz barroca.

Em 1758, o cura Manuel Moreira, a mando de D. Francisco do Rosário, vigário do povo, escreveu a memória paroquial que nos informa, entre outros aspetos, que a Igreja estava “fora de lugar”, era dedicada à Virgem da Assunção, de uma só nave e quatro altares. Sobre a titulação destes refere o cura que o altar (retábulo) maior albergava as imagens de Santo Agostinho e São Teotónio – devoções amadas pelos cónegos regrantes – um dos colaterais era dedicado ao Santo Cristo, o outro à Virgem do Rosário e, finalmente, um do Santíssimo Sacramento onde se veneravam a Virgem e Santo António (Moreira, 1758).

Embora o relator não se delongue em descrições sobre o património mobiliário e integrado, é crível que interiormente o edifício, já em 1758, se assemelhasse ao que é possível admirar hoje: aos retábulos referidos, juntava-se o coro e um extravagante varandim com balaustrada (aberto sobre um dos arcosólios), cuja base ou caixa, decorada com *chinoiserie*, é suportada por um atlante pousado sobre uma meia-concha e ladeado por anjos, figuras assexuadas e extravagantes mulheres com



Igreja. Arco de sustentação do coro. Pormenor de pintura.



Igreja. Acesso ao púlpito. Pormenor de pintura.

corpo serpentiforme, talvez numa representação de Equidna, ninfa da mitologia grega. Ao lado, o púlpito e a porta de acesso à sacristia, abertos provavelmente em 1686, como informa a data aposta sobre as ombreiras, testemunham as necessidades reformistas que privilegiam a prédica e estimulam a reorganização do espaço em função de uma liturgia cada vez mais cénica.

377

Praticamente todas as faces dos vãos da nave se encontram revestidas de pintura de *trompe-l'œil*, seja com marmoreados (porta da sacristia, púlpito e arco de sustentação do coro) ou com decoração cenográfica (capela do Santíssimo Sacramento), onde abundam elementos arquitetónicos fingidos e a comum ornamentação floral com elementos brutescos ao gosto da dramática celebração barroca.



Igreja. Arco da capela do Santíssimo Sacramento. Pormenor de pintura.





Igreja. Nave. Parede sul.  
Capela do Santíssimo Sacramento.

O revestimento azulejar da capela maior constitui, juntamente com a talha e o artesoadado, um conjunto ornamental que apela ao luxo cénico, tão ao gosto da sociedade e da Igreja da primeira metade do século XVIII. Datando de cerca de 1740, apreciamos aqui um conjunto de azulejos de figura avulsa, dos tipos mais vulgares de “estrelinhas” e silhar de vasos e golfinhos, em painéis de 4x4, separados entre si por fiadas de jarros (Simões, 1971: 109). O conjunto é envolvido por uma barra comum, de folhas contorcidas.

O retábulo maior é do estilo barroco nacional e o da capela do Santíssimo Sacramento (hoje titulada da Virgem das Graças) do período joanino, onde a expressão “horror ao vazio” toma mais sentido. À cenografia da talha, cuja ornamentação imita tecidos e toda uma plêiade de ornamentos efémeros, junta-se a pintura de fundo em “fingido de damasco”, que “dá continuidade à gramática do formulário joanino” (Rodrigues, 2004: 311-312). Ao conjunto de obra de arte total junta-se o trabalho de pintura a seco no teto, de habitual temática hagiográfica. Do retábulo para o arco cruzeiro apresentam-se os Apóstolos e Evangelistas, São Teotónio – invocação querida aos cónegos regrantes –, o bispo São Herculano, Santo António de Lisboa e o mártir São Possidónio. Embora extravagantes, a presença de veneráveis cuja vida se cruza com a de Sisnando, bispo e mártir, não deixa de ser uma interessante proposta para a análise do recrudescimento do seu culto, aquando das campanhas seis e setecentistas.

Na sacristia, um lavatório datado de 1727, em granito, prolonga a estética barroca da nave e capela maior. Em três registos, um inferior, um médio, de onde jorrava a água por dois mascarões ou carrancas, e, um terceiro, decorado por aletas que emolduram uma mitra, este lavabo recorda uma das funções da sacristia, o da preparação para a liturgia através da ablução.

A mitra sobre um coração, emblema que fecha o revestimento em talha do arco cruzeiro recorda a importância da abadia no contexto da regra agostiniana. Sobre este elemento, imerso na efusiva decoração de pendor joanino e aproveitando a fresta que iluminava a nave, uma imagem de vulto da Virgem da Assunção, pousada sobre uma nuvem de onde emergem as cabeças de três anjos, recorda o fiel orago da Igreja.



Igreja. Sacristia.

Igreja. Capela-mor.



## AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

“**P**or Portaria expedida pela Repartição d’Obras Publicas de 8 d’Agosto do anno findo, foi ordenado que a Direcção d’Obras Publicas do Districto do Porto mandasse proceder ao apeamento da torre da Igreja de Villa Boa do Bispo, no Concelho do Marco de Canavezes e depois á sua reconstrucção”<sup>18</sup>. É com estas palavras que a memória justificativa datada de 21 de janeiro de 1882 nos informa sobre a resolução de reconstrucção da torre de Vila Boa do Bispo. Uma opção tão radical justifica-se pelo grave estado de ruína em que esta se encontrava.

Em resposta a um pedido do presidente da Junta da Paróquia, foi enviado ao engenheiro chefe da 5.<sup>a</sup> Secção das Obras Públicas do Porto um “projecto das escadas interiores, de pedra torneando as paredes da torre” da Igreja de Vila Boa do Bispo<sup>19</sup>. Data este projeto de novembro de 1886. No ano seguinte já decorriam as obras e eram feitas vistorias às mesmas<sup>20</sup>. Prevendo-se que no dia 11 de junho desse ano ficasse a obra concluída<sup>21</sup>, pois na véspera já se assentara parte da cornija, solicitou-se então para que do Porto se ordenasse “a construcção da cupula da mesma torre, antes que os pedreiros se retirem d’alli”<sup>22</sup>. No mês seguinte, trabalhava-se assim ao nível dos remates das sineiras, embora a “pedra colocada como mostrador para o relógio (...) ainda não” estivesse cortada.

No entanto, a 24 de janeiro de 1888, o Paço informa diretamente o Diretor das Obras Públicas do Porto que sua Majestade, D. Luís I (1861-1889), ordenou que se suspendessem os trabalhos de reconstrucção da torre da Igreja matriz de Vila Boa do Bispo, que aprovara anteriormente pelas portarias de 8 de agosto de 1881 e 27 de setembro de 1883<sup>23</sup>. Contribuindo, no entanto, com o subsídio de cento e sessenta mil réis, a conclusão das obras ficaria a cargo da própria freguesia. Atente-se que, já no ano anterior, o monarca contribuíra com quatrocentos mil réis “para as obras de reparação da sua Igreja Matriz”<sup>24</sup>.

Lúcia Rosas dá-nos conta que foi durante a década de 1940 que se procedeu à colocação dos túmulos de D. Nicolau Martins e de D. Júrio Geraldês em arcossólios rasgados na parede da nave, do lado do Evangelho (Rosas e Sotomayor-Pizarro, 2009: 113). Em 1946, a Comissão Fabriqueira trabalhava já “na acomodação dos túmulos de pedra que antigamente eram do claustro. Dois anos depois tinham já sido gastos 9500\$00 em obras da Igreja, incluindo a construcção dos lóculos para acomodação dos dois túmulos” (Monteiro, 1990: 149-150).

Só em 1955 é que voltamos a ter notícias relativas a Vila Boa do Bispo e estas prendem-se com a abertura do processo de classificaçao da Igreja, incluindo túmulos, como Monumento



Fachada sul. Torre sineira.

18 *Memória justificativa*, 21 de janeiro de 1882. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM 1706/14. Igrejas do Bispado do Porto: concelhos de Lousada e Marco de Canaveses.

19 Silva, Augusto Anthero da – Missiva e projeto das escadas interiores, de pedra torneando as paredes da torre: medição e orçamento, 16 de novembro de 1886. Idem.

20 Silva, Augusto Anthero da – Missiva, 8 de julho de 1887. Idem.

21 Silva, Augusto Anthero da – Missiva, 9 de junho de 1887. Idem.

22 Idem.

23 [ilegível] – Missiva, 24 de janeiro de 1888. Idem.

24 [ilegível] – Missiva, 18 de fevereiro de 1887. Idem.

Nacional<sup>25</sup>. Aproveitando a ocasião, depressa o padre Manuel de Oliveira Sousa Vales, pároco de Vila Boa do Bispo, contactou a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), apelando para a realização de obras que considerava urgentes: a eletrificação total do interior, o arranjo da talha que reveste o arco cruzeiro e trabalhos ao nível do telhado<sup>26</sup>.

Sendo, por então, a conservação do monumento da “exclusiva responsabilidade da Paróquia que usufrui a sua propriedade”, por não ter sido ainda aprovada a legislação que estabelecesse que “as obras mínimas de conservação de imóveis classificados, embora de propriedade particular, possam vir a ser custeadas pelo Estado sempre que seja devidamente comprovada a incapacidade financeira dos respetivos proprietários”<sup>27</sup>, a DGEMN, não podendo comparticipar as mesmas, propôs-se “a prestar a assistência técnica às obras que venham a ser levadas a efeito pelo Pároco da Igreja de Vila Boa do Bispo”<sup>28</sup>. Assim, ao que pudemos aperceber pela análise da documentação relativa a este monumento, a prioridade foi dada à “instalação eléctrica”, cuja memória especifica que esta intervenção incluiu quer a iluminação de toda a Igreja, quer a colocação de um sistema de som, dotado de circuitos de altifalantes<sup>29</sup>.

Só na década de 1990 é que sentimos da parte das instituições estatais responsáveis uma ativa intervenção na Igreja de Vila Boa do Bispo. Embora tenha sido realizada uma verificação do estado de conservação dos altares de talha dourada em setembro de 1990, pelo então Instituto Português do Património Cultural<sup>30</sup>, seis anos mais tarde, técnicos do Centro de Conservação e Restauro do já Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico realizaram uma inspeção ao monumento em estudo<sup>31</sup>. E, embora por então se tenha verificado a “existência de um numeroso espólio artístico, constituído por retábulos de talha dourada, azulejos, tecto e caixotões e um cadeiral, parte do qual a necessitar de intervenções ao nível da conservação e restauro”, a verdade é que se considerou importante a prévia realização de um estudo “da parte edificada, designadamente em relação à estabilidade das respectivas estruturas”<sup>32</sup>. Não nos podemos esquecer que a boa conservação do espólio integrado de um dado monumento depende necessariamente, além dos cuidados de limpeza e manutenção que são exigíveis, de preferência feitos por técnicos especializados e com profundos conhecimentos dos materiais utilizados e das variações a que estes estão sujeitos, da estabilidade e da conservação da estrutura arquitetónica que os abriga. Naturalmente que infiltrações ao nível de uma abóbada como a da capela-mor de Vila Boa do Bispo iriam provocar graves danos na estrutura de caixotões que a oculta, danos esses que são, na maior parte dos casos, silenciosos. Considera-se, pois, “óbvio que não é possível dissociar a intervenção no construído da intervenção nos elementos que lhe foram sendo adossados na passagem dos tempos”<sup>33</sup>. As inspeções e o controlo permanente são,

25 Ofício n.º 1250 da Direção-Geral dos Assuntos Culturais, 28 de janeiro de 1975 [SIPA.TXT.00671971]. DGEMN: DSID-001/013-005-1981/3. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º PT011307300016].

26 Vales, Manuel de Oliveira Sousa – Missiva de 20 de junho de 1975 [SIPA.TXT.00671974 e SIPA.TXT.00671975]. Idem.

27 Ofício n.º 453,11 de junho de 1975 [SIPA.TXT.00671976 e SIPA.TXT.00671977]. Idem.

28 O.S. n.º 1094, 21 de julho de 1975 [SIPA.TXT.00671978]. Idem.

29 Memória, 26 de abril de 1977 [SIPA.TXT.00671985 e SIPA.TXT.00671986]. Idem.

30 Ofício do Instituto de José de Figueiredo, 21 de setembro de 1990 [SIPA.TXT.00671994 e SIPA.TXT.00671995]. Idem.

31 Ofício da Secretaria de Estado da Cultura, 29 de janeiro de 1991 [SIPA.TXT.00671996 e SIPA.TXT.00671997]. Idem.

32 Idem.

33 Ofício n.º 92/DSDREM, 15 de abril de 1997 [SIPA.TXT.00672005]. Idem.

pois, fundamentais para a preservação do nosso património histórico-artístico para as gerações vindouras.

Em abril de 1991 estava já realizado um profundo “Diagnóstico sobre o estado de conservação e patologias do imóvel”, acompanhado por uma proposta prévia de intervenção para a conservação e beneficiação do imóvel<sup>34</sup>. Não cabe no âmbito deste estudo especificar todos os itens observados, assim como as soluções apontadas e, dentre estas, aquelas que foram de facto executadas. A verdade é que, embora as fontes documentais a que tivemos acesso não o precisem, através da análise de diversas fontes fotográficas podemos dizer que, pelo menos ao nível do exterior, foi apenas só depois de 2006 que se realizou uma intervenção de conservação.

Assim, seguindo uma das propostas do documento de 1997, foi reposto o reboco (à base de cal e saibro) nos paramentos exteriores da Igreja, conferindo-lhe assim a roupagem que atualmente vemos. Não sabemos o porquê de, em inícios do século XXI, se procurar de certa forma contrariar uma linha de intervenção que entre nós assumiu tantos contornos de “norma” ao nível da intervenção no património edificado românico e que se prende precisamente com a eliminação do revestimento a cal do exterior das igrejas. Questionamos também se esta opção não teve por objetivo último – mera conjuntura nossa – valorizar esteticamente os elementos ornamentais do portal e, sobretudo, os elementos românicos que aqui e ali vão pontuando os paramentos exteriores ao modo de “janela de restauro”. Enquadrar-se-á esta opção de deixar à vista determinados elementos da fábrica românica na “nova” estrutura durante a Época Moderna e acentuada pelo contraste do granito com a cal contemporânea naquela ideia dos valores de rememoração que Alois Reigl associou aos conceitos de antiguidade e de historicidade?<sup>35</sup> Fica a pergunta.

Tem-se vindo já a intervir nos danos (silenciosos) que as infiltrações provocam ao nível dos sistemas de cobertura e, neste caso em particular, na abóbada da capela-mor. Desta intervenção decorreu a possibilidade de apreciação da pintura mural seiscentista, representando temas hagiográficos, que reveste a abóbada e que os caixotões tinham vindo a ocultar. [MLB / NR]

382



Igreja antes das intervenções da década de 1990.  
Fonte: arquivo IHRU.



Fachada ocidental antes das intervenções da década de 1990. Fonte: arquivo IHRU.

34 Documentação vária [SIPA.TXT.00672004 a SIPA.TXT.00672015]. Idem.

35 Sobre este assunto veja-se Choay (2000: 138 e ss).



## CRONOLOGIA

990-1022: segundo a tradição, foi fundado o Mosteiro de Vila Boa do Bispo por D. Sisnando, irmão de Monio Viegas;

1012: refere-se o "Monasterio S. Mariae Villaebonae";

1022: data contida na inscrição funerária de D. Monio Viegas e de dois dos seus filhos, D. Egas Moniz e D. Gomes Moniz, gravada numa tampa de sarcófago no claustro do Mosteiro de Vila Boa do Bispo;

1120: documenta-se o "Monasterium... de Villa Noua [sic] episcopi";

1141, fevereiro, 12: o Mosteiro de Vila Boa do Bispo, ou mais concretamente, o prior D. Egas, seu irmão D. Monio e seus frades, receberam carta de couto outorgada por D. Afonso Henriques;

1142: o bispo do Porto, D. Pedro Rabaldis (episc. 1138-1145) visita a capela onde D. Sisnando estaria sepultado, mandando posteriormente transferir o seu túmulo para o Mosteiro de Vila Boa [do Bispo];

1143: já há notícias da presença dos cónegos regrantes de Santo Agostinho em Vila Boa do Bispo;

1144: por *Breve* do papa Lúcio II (p. 1144-1145) foi feita mercê aos priores do Mosteiro de poderem usar mitra;

1153: por Bula do papa Anastácio IV (p. 1153-1154) estes receberam ainda a distinção do uso do báculo;

Século XII (finais)/Século XIII: cronologia dos testemunhos românicos remanescentes em Vila Boa do Bispo;

1297: o papa Bonifácio VIII (p. 1294-1303) fez expressa confirmação da regra de Santo Agostinho no Mosteiro de Vila Boa do Bispo;

Século XIII: o Mosteiro de Vila Boa do Bispo detinha muitos casais e padroados em diversas freguesias da região;

[Século XIV]: conceção do túmulo de D. Salvado Pires;

1320: o Mosteiro de Vila Boa do Bispo surge taxado em 1500 libras;

1348, novembro, 25: inscrição gravada no túmulo de D. Nicolau Martins, prior do Mosteiro;

1362: os túmulos de D. Júrio Geraldês e de D. Nicolau Martins foram encomendados pelo primeiro, depois desta data, a uma mesma oficina;

1381, janeiro, 30: inscrição funerária gravada na secção lateral da tampa do túmulo de D. Júrio Geraldês, corregedor de D. Fernando (r. 1367-1383) no Entre-Douro-e-Minho;

1475: começa a apresentação de abades comendatários em Vila Boa do Bispo;

1593: o Mosteiro de Vila Boa do Bispo é integrado na congregação de Santa Cruz, em Coimbra;

1599-1686: datas extremas das várias cartelas colocadas no interior do edifício e que testemunham a grande campanha de transformação deste edifício durante a Época Moderna;

1605: aplicou-se reforma ao cenóbio de Vila Boa do Bispo;

Século XVII (2.ª metade): transformação da fábrica românica de Vila Boa do Bispo;

1650-1960: campanha azulejar do batistério;

1686: possível edificação da sacristia, abrindo-se para o efeito uma porta de acesso na capela-mor, devidamente identificada sobre a ombreira;

Século XVIII (1.ª metade): com base nos elementos estilísticos, deverá datar deste período a intervenção de barroquização do interior da Igreja;

1727: data inscrita no lavatório da sacristia;

1740: campanha azulejar da capela-mor;

1758: conforme indiciam os dados facultados pelas memórias paroquiais, o edifício de Vila Boa do Bispo já apresentaria um aspeto idêntico ao que hoje conhecemos;

1882-1888: obras de apeamento e reconstrução da torre;

1834: no âmbito da extinção das ordens religiosas, o Mosteiro foi vendido a particulares;

1886, novembro, 16: projeto das escadas interiores, de pedra, torneando as paredes da torre;

1977: classificação da Igreja (e túmulos) de Vila Boa do Bispo como Monumento Nacional e da área do antigo Mosteiro como Imóvel de Interesse Público;

1997 (depois de): reposição dos rebocos nos paramentos interiores e exteriores da Igreja;

2010: o Mosteiro de Vila Boa do Bispo passa a integrar a Rota do Românico;

2012: intervenção de conservação da abóbada da capela-mor, pondo a descoberto a pintura mural seiscentista após a remoção dos caixotões existentes.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Galeria das ordens religiosas e militares, desde a mais remota antiguidade até nossos dias: Adornada com muitas estampas*. Porto: Typographia na Rua Formosa, 1843.

\_\_\_\_\_ – *Mosteiro de Vila Boa do Bispo / Igreja de Vila Boa do Bispo, incluindo os túmulos* [Material fotográfico]. Marco de Canaveses: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004933, FOTO.0066191.

\_\_\_\_\_ – *Mosteiro de Vila Boa do Bispo / Igreja de Vila Boa do Bispo, incluindo os túmulos* [Material fotográfico]. Marco de Canaveses: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004933, FOTO.0066193.

AGUIAR, P. M. Vieira de – *Descrição histórica, corográfica e folclórica de Marco de Canaveses*. Porto: Oficina de S. José, 1947.

ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitetura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

\_\_\_\_\_ – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

\_\_\_\_\_ – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário – *História da arte em Portugal: o gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; LOPES, Carlos Alberto Almeida – Eja (Entre-os-Rios): a civitas e a Igreja de S. Miguel. *Portugália*, vol. 2/3 (1981-1982).

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1971.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

\_\_\_\_\_ – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

BARROS, João de – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa V: geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010a. Tese de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

\_\_\_\_\_ – Igreja de São Pedro de Rates. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María – *Arte românica em Portugal*. Aguiar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R. / Fundación Ramón Areces, 2010b.

\_\_\_\_\_ – Sé de Braga. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María – *Arte românica em Portugal*. Aguiar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R. / Fundación Ramón Areces, 2010c.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano...* Lisboa: na Officina Craesbeckiana, 1652.

CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2000.

- CORREIA, António Mendes [et al.] – Vila Boa. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960]. Vol. 35.
- COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.
- CUNHA, Rodrigo da – *Catalogo e historia dos bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez, 1623.
- FERNANDES, A. de Almeida – *Portugal primitivo medievo*. [S.l.]: Associação de Defesa do Património Arouquense, 2001.
- GONÇALVES, António Augusto – *Roteiro illustrado do viajante de Coimbra*. Coimbra: Typ. Auxiliar d'Escritorio, 1894.
- LORENTE FERNANDEZ, Ildefonso – *Recuerdos de Liébana*. Madrid: Maxtor, 1882.
- MATTOS, Armando de – A fachada da igreja românica de Vila Boa do Bispo. *Douro-Litoral*. n.º 2 (1948) 72-75.
- MATTOSO, José – A nobreza medieval portuguesa: as correntes monásticas dos séculos XI e XII. *Revista de História Económica e Social*. N.º 10 (1982) 29-47.
- \_\_\_\_\_ – *Obras completas: o monaquismo ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002a.
- \_\_\_\_\_ – *Obras completas: Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002b.
- MONTEIRO, Maria Emília – *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, 1990.
- MOREIRA, Domingos A. – Freguesias da diocese do Porto: elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 7-8 (1989-1990) 7-119.
- MOREIRA, Manuel – [Memória Paroquial de] Vila Boa do Bispo [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ/39/176.
- PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM 1706/14. Igrejas do Bispado do Porto: concelhos de Lousada e Marco de Canaveses.
- \_\_\_\_\_ – *Processos vários*. N.º IPA PT011307300016 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.
- RODRIGUES, José Carlos Meneses – *Retábulos no Baixo Tâmega e no Vale do Sousa: séculos XVII-XIX*. Porto: Universidade Porto, 2004.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – Território, senhores e património na Idade Média. In AGUIAR, Alexandre, coord. – *Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 2009. Vol. 1.
- SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: na Officina de loam da Costa, 1668.
- SIMÕES, J. M. dos Santos – *Azulejaria em Portugal no século XVII: tomo I – tipologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, coord. – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.